

1 **APROVAÇÃO 08/06/2021** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2 CÂMARA TÉCNICA INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTIG DO COMITÊ DA  
3 BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E  
4 JACAREPAGUA – CBH- BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 23 de  
5 novembro de 2020, às 9h, deu-se a Reunião Extraordinária da Câmara Técnica  
6 Instrumentos de Gestão – CTIG do Rio de Janeiro por videoconferência com a  
7 seguinte pauta: **Alinhamento das atividades da secretaria executiva e**  
8 **escritório de projetos com CBH-BG e Subcomitês para a execução das**  
9 **atividades ligadas ao IDBG.** A reunião teve início às 9h25. Marcelo Stortti se  
10 apresentou como novo representante da ACAMPAR. Jose Paulo Azevedo  
11 indagou se Marcelo Stortti tinha se apropriado do assunto, sendo informado  
12 que sim. Jose Paulo Azevedo realizou uma contextualizou sobre o assunto  
13 que será discutindo hoje, pontuando sobre o esforço do IDBG e como é feita a  
14 distribuição de trabalho, entre secretaria executiva que já se encontra com  
15 excesso de trabalho e o escritório de projeto. Marcelo Stortti contribuiu  
16 colocando que no atual momento todos se encontram muito atarefados, então  
17 ele acredita que seria ideal subdividir em comissões menores, pontuando  
18 também que futuramente poderiam ser pensadas gratificações futuras aos  
19 conselheiros dos comitês, a fim de motivar e ter empenho nas atividades. Jose  
20 Paulo Azevedo concordou com a fala de Marcelo Stortti e falou sobre a  
21 capacitação e nivelamento dos integrantes, para que eles estejam mais  
22 inteirados sobre os assuntos. Marcelo Stortti pontuou sobre a necessidade de  
23 publicidades nas redes sociais sobre os feitos dos comitês. Jose Paulo  
24 Azevedo disse que o escritório de projetos desenvolveu newsletters,  
25 concretizando algo já discutido nas oficinas de macroprograma, transformando  
26 as decisões em notícias a cada quinze dias, colocando que também foi  
27 desenvolvido um site que tem as resoluções, as atas etc. Jose Paulo Azevedo  
28 sugeriu um mapeamento quanto às atividades ligadas ao IDBG. Maria Lobo  
29 comentou sobre a resolução, Cláusula 2 (pag 2) - trocar controle social  
30 participativo de projeto ambientais por condições ambientais. Maria Lobo  
31 informou que fica mais abrangente que projetos ambientais. Ela comentou  
32 sobre o SOS Mata Atlântica, que é um projeto que avalia e monitora as  
33 condições ambientais, e que falar somente projetos ambientais soa muito  
34 restritivo. Maria Lobo falou sobre o sistema de informações do MP em Mapas,  
35 pontuando que acredita que este Plano de Trabalho seja demorado, havendo o  
36 protocolo e um parágrafo inteiro dizendo o que deve constar, acrescentando que  
37 acredita que se deve publicar o que já tiver encaminhado, dando início ao  
38 convênio, e que há um link para as ações, tomadas de decisões e a  
39 responsabilização decorrente que o MP tomou, devendo-se ter cuidado para  
40 que não fique um banco de dados solto e a população entenda a conjugação

41 desses dados. Jose Paulo Azevedo informa que o assunto citado anteriormente  
42 faz sentido, mas não é o objeto dessa reunião, e que na reunião que será  
43 convocada junto ao MP será discutido sobre o assunto. Jose Paulo Azevedo  
44 relatou que a resolução que foi para a CTIL foi para a criação do IDBG e o que  
45 saiu da reunião do MP. Jorge Muniz relatou que o Leste desenvolveu uma  
46 revista e registraram o nome de "Conexão Guanabara" que era uma revista de  
47 apoio ao comitê do Leste, mas mais recentemente estão planejando um  
48 Podcast e no primeiro volume seria contando a história do Leste. Ele  
49 acrescentou que acredita que é essencial a participação dos membros do  
50 escritório, porque eles estão atentos sobre o assunto. Jose Paulo Azevedo  
51 disse que a instancia mais apropriada para reunir essas propostas seria a  
52 CTEM, já que ela que tem a ver com mobilização e comunicação ambiental.  
53 Silvana Moreira colocou que é interessante a comunicação entre os  
54 subcomitês, mas acredita que deveria ocorrer uma centralização para ser uma  
55 comunicação única do Comitê da Baía de Guanabara. Jose Paulo Azevedo  
56 esclareceu que o escritório de projetos atende às definições de cada  
57 subcomitê, sendo necessário verificar a demanda de cada subcomitê e que a  
58 questão do IDBG é uma demanda do comitê e com o decorrer do tempo  
59 tomará maiores proporções. Ele acrescentou que deve haver uma  
60 convergência das demandas de cada subcomitê, sendo discutidas nas  
61 instancias, especialmente a CTIG com a participação da diretoria. Ana Costa  
62 realizou o regate da fala de Jose Paulo sobre a questão de tomar cuidado com  
63 os prazos que são colocados nas resoluções e que muita das vezes não são  
64 pactuados. Ana Costa pontuou que nessa resolução está explícito que o plano  
65 de trabalho será ajustado pela comissão por meio da sua secretaria executiva,  
66 informando que na anterior não havia isso, dando a impressão que a própria  
67 comissão faria o plano de trabalho em 90 dias. Ana Costa recordou que  
68 quando ocorreu a contratação ela, que era a gestora desse contrato, não  
69 conseguiu terminar no prazo estipulado e a resolução ficou obsoleta, tendo que  
70 passar por uma nova plenária para modificar o prazo e atualizar a resolução.  
71 Ana Costa disse que não acredita ser válido colocar prazos tão apertados, mas  
72 que deve haver um consenso para a entrega. Ana Costa acrescentou que o  
73 que está previsto no primeiro ciclo deve ser feito com a identificação dos atores  
74 que compõem o comitê, tanto internos e externos, que sejam produtores de  
75 dados de interesse do comitê. Assim, Ana Costa colocou que acredita que a  
76 primeira atividade seria se debruçar nos territórios, verificando cada instituição  
77 que é produtora de dados; no segundo momento, seria interessante realizar um  
78 workshop para ocorrer um nivelamento de informações, sendo discutido como  
79 serão entregue ao comitê os dados que devem ser direcionados ao Ministério  
80 Público. Raquel Cruz sugeriu um levantamento das universidades, elaborando

81 uma plataforma onde os professores pudessem indicar os projetos que de  
82 alguma forma estariam localizados no mapa e as pessoas pudessem fazer  
83 upload e acessar diversas informações. Jose Paulo Azevedo informou que é  
84 necessário ter um espaço para realizar essa integração, mas que é uma  
85 excelente ideia, mas que deve ser feito um levantamento. Adriana Bocaiuva  
86 relatou que no comitê da Lagoa Rodrigo de Freitas a PUC tem uma  
87 participação e agora a UERJ também, havendo um movimento que tem como  
88 objetivo incentivar as escolas a serem incluídas nas atividades. Marcos  
89 Lacerda concluiu que o IBDG é o espaço básico de consulta para que o próprio  
90 escritório de projetos possa colaborar com a finalidade que ele foi criado,  
91 realizando projetos, por exemplo, sobre o Rio Rainha. Adriana Bocaiuva  
92 indagou Jose Paulo Azevedo sobre a comissão da CTIL, ela não conseguiu  
93 realizar uma defesa sobre o porquê essa comissão deveria ser criada pela  
94 diretoria. Jose Paulo informou que é uma resolução do comitê e que, deveria  
95 ser criado pela diretoria, mas em harmonia com as coordenações. Izidro Arthou  
96 fez uma reflexão sobre a Câmara Técnica: ela pode sugerir, apresentar estudo  
97 e trabalho, mas não decide. Ele disse que tem que se pensar que a decisão do  
98 grupo de trabalho tem que vir da plenária, a câmara técnica tem que sugerir à  
99 diretoria e/ou à plenária a criação de um grupo de trabalho de uma forma  
100 lógica. Marcos Lacerda acha que o ideal seria partir da CTIG uma sugestão de  
101 fluxo, fazendo um exercício com o IBDG, por exemplo, colocado ele na pauta  
102 da CTIG, considerando que antes de ir pra CTIL, por demanda da resolução,  
103 ele deverá ir para Plenária dos subcomitês, e com o mapeamento do  
104 calendário consegue saber qual o momento certo para encaminhar para a  
105 CTIL.

106

107

José Paulo Azevedo

108

**Coordenador da Câmara Técnica Instrumentos de Gestão**

109

**Encaminhamento:**

110

111

112

1- Levantar aos coordenadores e plenária a proposta de realizar o levantamento das instituições produtoras de dados no território através dos colaboradores do EP.

113

114

115

2- Preparar minuta de carta de intenção formalizando a cooperação e a hospedagem do DDBG no Ministério Público.

116

117

3- Realizar uma capacitação dos membros da CTIG sobre sistema de informações.

118

119

4- 4- As deliberações/resoluções devem ser pauta de reunião de subcomitê, diretoria e plenária antes de serem levadas à CTIL.

120



121

122

123 **Participantes:**

124

125 Lista de presença:

126 Prefeitura Municipal de Belford Roxo - Yoshiharu Saito; Clube Naval -  
127 Departamento Esportivo - Agenor Cunha da Silva; Companhia Estadual de  
128 Águas e Esgotos - CEDAE - Mayná Coutinho; Associação Organização  
129 da Sociedade Civil de Interesse Público Mobilidade e Ambiental Brasil – OMA -  
130 Brasil - José Paulo Azevedo; Viva Cosme Velho - Maria Lobo; Associação de  
131 Moradores do Alto Gávea – AMALGA-RJ - Adriana Bocaiuva; Instituto de  
132 Estudos em Direitos Humanos e Meio Ambiente - Silvana di Iulio; Movimento  
133 Pró Restinga - Izidro Paes Leme Arthou, Instituto TerrAzul – Marcos Lacerda;  
134 OAB – Barra – Christianne Bernardo da Silva; ALAPI – Paulo Cardoso;  
135 Prefeitura de Niterói – Raquel Cruz. Secretaria Executiva: Ana Costa e Carolina  
136 Martins.